



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

Projeto de Resolução: 23/2017

Processo: 7889/2017

Autor(es): Roberto Martins de Oliveira e outros quatro Vereadores

Ementa: "Inclui o inciso V no art. 330 e altera o Capítulo VI no Título VIII da Resolução nº 1.919, de 23 de janeiro de 2014 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória) a fim de possibilitar aos munícipes a inscrição para discussão de proposições incluídas na

Ordem do Dia."

I - RELATÓRIO

De autoria do Vereador Roberto Martins de Oliveira, o Projeto de Lei em epígrafe inclui e altera dispositivos da Resolução nº 1.919/2014 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória) a fim de possibilitar aos munícipes a inscrição para discussão de proposições incluídas na Ordem do Dia.

Em sua justificativa, os proponentes explicam que o principal objetivo do Projeto de Lei, é disponibilizar aos munícipes a sua participação nos trabalhos desenvolvidos pelo Legislativo Municipal.

É o relatório.



<u>CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA</u>		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
2889	R	12



II - PARECER DO RELATOR

O Projeto de Lei tem o intuito de disponibilizar uma participação mais direta da população durante a discussão das proposições incluídas na Ordem do Dia, dando oportunidade aos munícipes para exporem suas opiniões diretamente no recinto desta Câmara, enriquecimento assim o debate sobre as proposições apresentadas pelos Srs. Vereadores e o Poder Executivo Municipal.

O Inciso V, inserido ao art. 330 do Regimento Interno viabilizará a inscrição para discussão daqueles que tiverem interesse em participar dos debates sobre as proposições.

Já a alteração do Capítulo VI no Título VIII do mesmo diploma legal, explicita as normas que regulamentam o credenciamento e a inscrição para a efetiva participação da discussão de proposições nesta Casa de Leis.

Registre-se que a Proposta de Emenda ao Regimento Interno encontra-se inserta em seu Capítulo II do Título VI, sendo que a forma como dever ser apresentada essa proposta, está descrita em seu Art. 248, e seu trâmite previsto em seu Art. 249.

Nos termos do Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, é da competência privativa da Câmara Municipal elaborar o seu regimento Interno, e neste estão contidos os regramentos, nos termos já mencionados em linhas transatas.

Às fls. 11/16, encontra-se o parecer opinativo da Procuradoria desta Casa, que opinou pela viabilidade técnica da proposição.





De fato, a proposição apresentada observou todas as exigências contidas nos artigos suso mencionados, não havendo qualquer impedimento para a sua normal tramitação.

Após a análise técnica quanto aos aspectos legais da proposição, ela encontra-se de acordo com os ditames constitucionais e legais pertinentes à matéria e, em atendimento ao artigo 61 da Resolução 1919/14, opinamos pela CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE do Projeto de Resolução nº 23/2017

É o parecer.

Palácio Atílio Vivácqua, 29 de setembro de 2017.

Sandro Parrini Vereador – PDT Relator Matéria: Projeto de Resolução nº 23/2017

CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

FOLHA

RUBRICA

Reunião: Comissão de Justiça 1910 Data: 19/10/2017 - 14:47:26 às 14:53:31 Tipo: **Nominal** Turno: Ata Quorum: Total de Presentes: 5 Parlamentares N.Ordem Nome do Parlamentar Partido Voto Horário **PPS** 30 Leonil Sim 14:53:16 24 PV Luiz Paulo Amorim Sim 14:53:13 32 Mazinho dos Anjos **PSD** Sim 14:53:17 34 Roberto Martins PTB Sim 14:53:15 28 Sandro Parrini **PDT** 14:53:23 Sim NÃO SIM Totais da Votação : TOTAL 5 0 5 PRESIDENT SECRETARIO

Pictoria N	

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITORIA			
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA	
~8°E	2>	K	

·
CÁMARA MUNICIPAL DE VITORIA
Comission de Mesa Piretora
As Sr. Varsador Vilverius Simels
Disignal Relator para relator
Em_26/10/2004
- SAE
C. Company C. C.
Prazo limite para devolução ao S.A.C. (Serviço de Apoio às Comissões atr
(Serviço de Apoio às Comissoes atr
Secretaria do S.A.C.
Aux
Identificador: 360033003700310033003A00540052004100 Conferência em http://www.cmv.es.gov.br//spl/autenticidade.

